

# Brasília-DF



**DENISE ROTHENBURG**  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## O céu é o limite

Com 16 partidos na base de Lula e a maioria reivindicando mais de um ministério, está difícil fechar os 20% que não estavam na cabeça do presidente eleito. O PV, por exemplo, que está na federação do PT, reivindica pelo menos um Ministério e apresentou ao presidente uma lista tripla de cargos: Cultura, Turismo ou Esporte. Cultura ficará com a cantora Margareth Menezes.

## Aos sem-mandato, as autarquias

Sem espaço para todos no primeiro escalão, a tendência é colocar quem perdeu eleição em escalões inferiores e agências. O martelo será batido hoje, na reunião que fechará o número de ministérios.

## Há exceções

Nem todos os que perderam a eleição estão destinados ao segundo escalão e autarquias. A senadora Simone Tebet (MDB-MS), que fez campanha para Lula no segundo turno, e Márcio França (PSB), que abriu mão de disputar o governo de São Paulo para apoiar Fernando Haddad (PT), serão ministros.

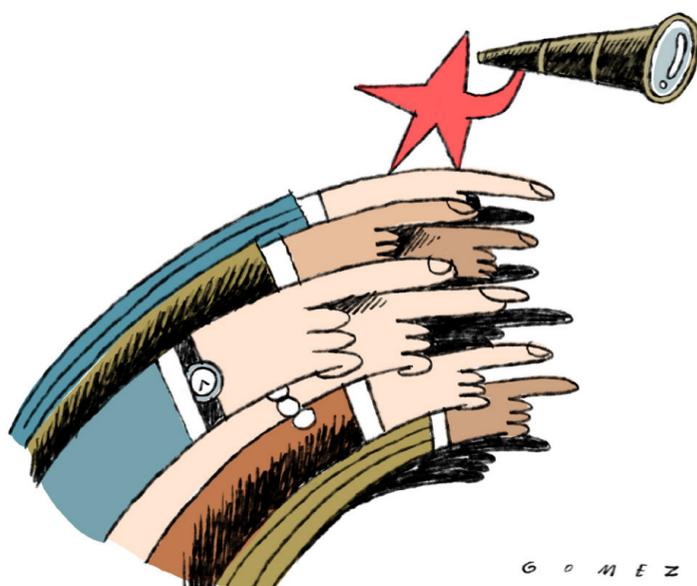
## Enquanto isso, no Parlamento...

A candidatura do senador eleito Rogério Marinho (PL-RN) a presidente do Senado é olhada com algum interesse por senadores que, em 2026, terão que concorrer a um novo mandato. É que muitos estão de olho no mega fundo partidário e eleitoral do PL para financiamento da reeleição. Parece distante, mas tem muitos senadores pensando na própria sobrevivência na próxima eleição.

# A pauta que une

Aliados do futuro governo consideram que a pauta capaz de dar uma sensação de base ampla ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) será a tributária, com o novo marco fiscal. O setor produtivo e a classe trabalhadora desejam esta reforma. E, assim como ocorreu com a previdenciária, depois de mais de duas décadas de idas e vindas, o texto em tramitação na Câmara pode dar algum alento. A ordem, agora, é tentar convencer Arthur Lira (PP-AL) a recolocar o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) como relator.

Aguinaldo foi relator da reforma tributária da Câmara, a PEC 45/2020, mas a proposta terminou inviabilizada com a troca de comando na Casa, em 2021. Agora, o novo governo espera apaziguar e colocar esse projeto de novo em andamento. Aguinaldo tem dito a amigos que basta uma atualização do texto para colocar em votação. É por aí, pela reforma tributária, que o novo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tentará se aproximar mais dos agentes econômicos.



## CURTIDAS

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



### Um cargo para acomodar dois/

Um dos nomes cotados no MDB para assumir um ministério é o do deputado Hildo Rocha (foto) (MDB-MA). Hildo ficou na primeira suplência. Se Roseana Sarney (MDB-MA) for para o governo Lula, ele assume o mandato. Se ela não quiser, Hildo pode virar ministro.

**Neri na área/** Neri Geller (PP-RS), que foi ministro da Agricultura da presidente Dilma Rousseff (PT) tem encontro marcado com o presidente da Associação Comercial da Indústria Frigorífica Brasileira, Maurício Reis Lima. É mais uma ponte que o pessoal da transição faz com a turma do agronegócio.

**Diplomação curta/** A cerimônia de diplomação do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva será vapt-vupt. Não está prevista sequer a fila de cumprimentos. A ordem é se agarrar no serviço da transição e fechar logo a equipe para que todos os futuros ministros possam passar o Natal em seus respectivos estados.

**Por falar em Natal.../** O presidente Jair Bolsonaro (PL) planeja permanecer no Alvorada, na noite de 24 de dezembro. Será praticamente uma despedida do Palácio e dos aliados do cercadinho.

**PODER /** Presidente da Câmara, Arthur Lira, queima etapas ao apensar PEC da Transição a outro texto já aprovado pelos deputados na CCJC e coloca matéria para a pauta do Plenário da Casa nesta segunda-feira

# Lira agiliza tramitação da PEC

» VICTOR CORREIA

O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), pautou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição no Plenário da Casa para a sessão desta segunda-feira. A expectativa, porém, é de que o texto seja apreciado a partir de terça-feira.

Encaminhada pelo Senado na última quarta-feira, a matéria proposta pela equipe de transição foi apensada por Lira a outro texto já aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC), para acelerar o trâmite. O governo de transição quer aprovar a PEC na Câmara em dois turnos até quinta-feira, a fim de dar tempo de usar o aumento do teto de gastos para bancar o pagamento do Bolsa Família de R\$ 600, mais um adicional de R\$ 150 por criança de até 6 anos, já em janeiro.

A proposta que chegou à Câmara prevê o aumento do limite do teto de gastos em R\$ 145 bilhões por dois anos, mais a excepcionalização do teto de mais R\$ 23 bilhões referentes ao excesso de arrecadação, que poderão ser usados também neste ano para desafogar o Orçamento do governo de Jair Bolsonaro (PL).

O adiantamento desses recursos é uma moeda de trocas para facilitar a aprovação da proposta, já que permitirá o pagamento de R\$ 7,7 bilhões em emendas de relator, atualmente bloqueadas no Orçamento por conta da limitação da regra do teto. Além disso, permitirá o funcionamento de programas que tiveram recursos cortados, como a emissão de passaportes pela Polícia Federal e o pagamento de bolsas de estudos.

A PEC também retira do teto despesas com infraestrutura custeadas com recursos vindos de operações financeiras com organismos multilaterais integrados

pelo Brasil; despesas socioambientais custeadas com doações ou recursos oriundos de ações judiciais ou extrajudiciais; e despesas de instituições federais de ensino custeadas com recursos próprios, doações ou convênios; e despesas com obras e serviços de engenharia custeadas com recursos de repasses de outros entes da Federação para a União.

Na sexta, a PEC da Transição foi apensada à PEC 24/19, de autoria da deputada federal Luísa Canziani (PTB-PR), que já foi aprovada na CCJC e cumpriu as 40 sessões regimentais. Dessa forma, a proposta pode ir direto à apreciação em Plenário. O texto de Canziani, por sua vez, prevê que recursos arrecadados pelas universidades por doações, ampliação de serviços e ou convênios sejam utilizados integralmente pelas instituições.

Para ser aprovada, a PEC precisa de 308 votos favoráveis, em dois turnos. Membros da articulação do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, estimam que já têm 350 votos. Arthur Lira também terá que nomear um relator para a proposta. Os mais cotados são Celso Sabino (União-AP) e Elmar Nascimento (União-BA).

Há, porém, resistência por parte de parlamentares do Centro e da base de Bolsonaro. Deputados já expressaram descontentamento com a forma que o texto tramita. Para que dê tempo de aprovar a proposta até quinta, o texto não pode sofrer modificações. Caso contrário, a PEC teria que ser enviada de volta ao Senado para nova apreciação.

A reclamação dos parlamentares é que eles foram deixados de lado na negociação do texto. Muitos também são contra o montante estipulado de R\$ 145 bilhões para o aumento do teto, argumentando que o estouro terá consequências econômicas.

Ed Alves/ CB



Arthur Lira, que já recebeu Lula na residência oficial, quer aprovar PEC em dois turnos até quinta-feira

## Saidinha da reclusão

Reprodução/TV Brasil



O presidente Jair Bolsonaro completou, ontem, 38 dias sem discursar em eventos oficiais após a derrota nas urnas. O mandatário participou da cerimônia de formatura de Guardas-Marinha na Escola Naval do Rio de Janeiro, na parte da manhã. O evento ocorreu com a presença de autoridades civis e militares, incluindo o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira. Bolsonaro partiu logo cedo da base aérea de Brasília para o Rio. A cerimônia teve início por volta das 10h30 e formou 182 aspirantes integrantes da turma "Patriarcas da Independência", que foram elevados à patente de guardas-marinha, o primeiro posto para oficiais da Marinha — entre aspirante e segundo-tenente — e receberam suas espadas. A participação na cerimônia foi o único compromisso oficial de Bolsonaro do dia. No começo da tarde, ele retornou a Brasília. Hoje, não há compromissos na agenda.

## Margareth na Cultura

A cantora Margareth Menezes foi convidada para assumir o Ministério da Cultura do governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O convite foi confirmado pela assessoria da artista, que informou ainda que não há definição se Margareth aceitará assumir a pasta.

"O posicionamento que temos é de que sim, houve o convite para a pasta, mas não há nada definido ainda", disse a nota. Fontes da transição comentaram, porém, que o convite foi aceito. Margareth integra o grupo de trabalho de Cultura e é uma das atrações do show da posse, em 1º de janeiro de 2023. A recriação do Ministério da Cultura é uma das promessas de campanha de Lula.

Margareth é o nome favorito da futura primeira-dama Rosângela Janja da Silva, esposa de Lula, para a pasta. Segundo informações dos bastidores, o petista quer que uma mulher negra assumo o ministério, cumprindo a promessa de escalar uma equipe plural em seus ministérios. "Vai ter mulher, vai ter homem, vai ter negros, vai ter índios, ou seja, nós vamos tentar montar um governo que seja a cara da sociedade brasileira", disse o presidente eleito na última sexta, ao anunciar os cinco primeiros ministros. Entre eles, estava o senador eleito Flávio Dino (PSB-MA). Em seu lugar, no Senado, entrará a suplente Ana Paula Lobato (PSB-MA), enfermeira, que será a mais jovem senadora da legislatura aos 38 anos.

Também conhecida como Maga, Margareth tem mais de 30 anos de carreira, 10 álbuns e quatro indicações ao Grammy. Em 2021, foi reconhecida como uma das 100 personalidades negras mais influentes do mundo pela Organização das Nações Unidas (ONU). (VC)